



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Administrativo: 7559/2022 (impugnação ao edital).

MODALIDADE: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 004/2022 – Tipo Eletrônico

DATA DA ABERTURA: 12 de setembro de 2022

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 0327/2022

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE RAIOS-X COM INSTALAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação foi interposta dentro do prazo legal, portanto tempestiva, pela empresa **IMEX MEDICAL GROUP DO BRASIL**.

Diz o art. 12 do DECRETO Nº 3.251 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, que regulamenta o Pregão, na forma presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns (...):

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

DO PEDIDO

Em síntese, informa a Impugnante que “através da análise do Edital observou que o presente certame possui itens/especificações que restringem a participação de mais empresas, impedindo a livre concorrência e consequentemente, trazendo maior onerosidade aos cofres públicos, uma vez que haverá restrição na participação das empresas concorrentes”.

Com isso, solicita a retificação/alteração/exclusão dos itens descritos no “ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA” referente ao equipamento “Conjunto Radiológico Analógico”, contendo as sugestões de modificações e justificativas. Fundamenta seu pedido nos artigos 3º, parágrafo primeiro, inciso I e 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/93, súmula do Tribunal de Contas da União, Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário. Cita ainda, os renomados doutrinadores Hely Lopes Meirelles e Marçal Justen Filho”. Requer:

“VII – DOS PEDIDOS

Pelo exposto, em face dos princípios e regras que norteiam a atuação da Administração Pública, requer que a presente IMPUGNAÇÃO, frente a visível afronta ao Princípio da Igualdade e Competitividade, seja conhecida e julgada PROCEDENTE para que:

- a) O presente certame seja SUSPENSO para as devidas adequações de direito, e ato contínuo;
- b) Sejam sanadas as irregularidades apontadas do Edital em epígrafe, quais sejam:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

(i) Retificar/excluir as exigências de especificações restritivas de competição apontadas na fundamentação retro; e

(ii) Excluir ainda qualquer cláusula que viole competitividade e a isonomia dos licitantes, conforme fundamentação.

c) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito;

Por fim, a “IMPUGNANTE deixa claro que visualizada de forma clara o seu Direito Líquido e Certo neste Processo Administrativo, confiando no julgamento de forma justa, razoável e legal para se evitar a busca pelo Poder Judiciário”.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Ao analisar a solicitação da empresa percebe-se que que o Art. 7º na Lei nº 8.666/93 veda o direcionamento de marca. Vejamos:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

É pacífico o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o assunto, conforme já consolidado em vários Acórdãos: 2664/2007 Plenário, Acórdão 2300/2007 Plenário, Acórdão 539/2007 Plenário, entre outros. Vejamos o Acórdão abaixo sobre o mesmo assunto:

Acórdão 747/2008 Plenário

Abstenha-se de definir as especificações dos produtos a serem adquiridos a partir das características de marcas específicas em atendimento ao disposto no art. 7º, § 5º e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

Com isso, essa Pregoeira entende que procede o informado pela empresa e que o pedido de impugnação deve ser acatado.

DA DECISÃO

Diante do exposto e por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública devem ser irrestritamente observados, esta Pregoeira conhece da Impugnação interposta pela empresa **IMEX MEDICAL GROUP DO BRASIL**, julgando-a **PROCEDENTE**, tendo em vista sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

tempestividade. Com isso, *SUSPENDE Pregão Eletrônico nº 004/2022, tendo em vista a necessidade de elaboração de novo Termo de Referência e republicação do edital, que terá data de abertura informada posteriormente de acordo com os prazos estipulados em Lei. Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.*

São José do Vale do Rio Preto, 15 de setembro de 2022.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira